

TRABALHO DOCENTE EM FOCO: RELAÇÃO ENTRE AS CONDIÇÕES DE
TRABALHO E O ADOECIMENTO DOS PROFESSORES NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE OURO PRETO

PROFESSOR WORKS IN FOCUS: RELATION AMONG THE WORK CONDITIONS
AND THE PROFESSORS SICKNESS PROCESS AT THE UNIVERSIDADE
FEDERAL DE OURO PRETO

LEITE, Délia Ribeiro¹
FIGUEIREDO, Adriana Maria de²
MOURA, Patrícia Rosânia de Sá³
SÓL, Núncio Antônio Araújo⁴

RESUMO

A pesquisa investigou o processo de trabalho dos docentes da Universidade Federal de Ouro Preto, visando embasar medidas que melhorem suas condições de trabalho e saúde. Os resultados demonstram o perfil dos docentes na UFOP e permitem visualizar as condições de trabalho e saúde dos mesmos.

Palavras-Chave: Professores; Saúde; Condições de trabalho.

ABSTRACT

The research investigated the process of work of the professors of the Universidade Federal de Ouro Preto, aiming to take measure to them improve their conditions of work and health. The results demonstratethe profile of this professors in the UFOP and allow to visualize the conditions of work and health of the same ones.

Key-Words: Professors; health; work conditions.

¹ Mestranda em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: dribeiroleite@yahoo.com.br

² Doutora em Ciências Humanas- Sociologia e Política; Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: adrimafi@ichs.ufop.br

³ Doutoranda em Educação, Universidade de Genebra, Suíça. E-mail: mourapatricia72@hotmail.com

⁴ Mestre em Epidemiologia; doutorando em Saúde Coletiva, médico do Centro de Saúde e professor credenciado do Departamento de Nutrição Clínica e Social. E-mail: nuncio@barroco.com.br

INTRODUÇÃO

A literatura sobre trabalho e saúde dos professores universitários é ainda escassa e relativamente nova, principalmente quando comparada a outras categorias profissionais que eram consideradas potencialmente degradantes, como, por exemplo, a dos trabalhadores fabris, e abarcavam a maioria dos estudos sobre condições de trabalho. Atualmente, as investigações têm-se voltado para outras áreas trabalhistas, dentre elas a docente. Fatores contundentes para este deslocamento de foco são as grandes exigências requeridas destes profissionais, que, pressionados, muitas vezes trabalham sob um ambiente estressante, prejudicial à sua saúde.

É interessante destacar que, quando se propõe uma discussão ou debate sobre a questão da saúde, pensa-se imediatamente na necessidade de se falar primeiramente sobre a doença ou o processo de adoecimento para, então, compreender a saúde, como se o oposto da doença significasse saúde e vice-versa. No entanto, não é bem assim que o processo de saúde é entendido por alguns pesquisadores (DEJOURS, 1993; CANGUILHEM, 1984), pois a ausência da doença não implica necessariamente em um organismo saudável. Canguilhem (1984) defende a idéia de que saúde não consiste simplesmente em acostumar-se com os fatos por parte do trabalhador, mas na capacidade de ação sobre si mesmo e perante as exigências do meio, ou seja, às demandas da organização do trabalho.

As análises do processo saúde/doença no universo do trabalho têm sido realizadas principalmente sob a ótica do stress, do prazer/sofrimento, satisfação/insatisfação e desgaste no trabalho.

O stress inicialmente foi definido por Selye (1956) como sendo qualquer reação não específica que acomete um organismo quando este é submetido às situações que exigem adaptação. No contexto das atividades profissionais, as fontes de stress originam-se dos aspectos do trabalho, os quais são avaliados (percebidos) pelos trabalhadores como prejudiciais à sua auto-estima e ao seu bem estar (FRANÇA & RODRIGUES, 1997). Observa-se que, nessa definição, o stress é um processo dinâmico que envolve tanto os aspectos do trabalho como também a maneira segundo a qual o trabalhador irá interpretar os acontecimentos no seu dia-a-dia.

Com relação ao sofrimento no trabalho, este não significa unicamente uma dor física ou mental, mas também uma vontade contrariada, que incapacita ou impossibilita o indivíduo de agir de outra forma, de mudar a situação em que se encontra (CLOT, 2001). Esse sofrimento é percebido pela nossa incapacidade de realizarmos as atividades de maneira diferente, pela redução do poder de ação (RICOUER, 1990).

As pesquisas que enfocam o ambiente escolar e sua relação com o trabalhador-professor têm caminhado para a comprovação e especificação dos fatores aos quais os professores devem se adaptar e acostumar, exigência nem sempre fácil, que muitas vezes os leva a um processo de trabalho desgastante e estressante, culminando no adoecimento.

O trabalho de Esteve (1997, 1999) sobre as condições de trabalho dos professores do sistema de ensino espanhol mostrou que fatores específicos constituem um *mal-estar* típico dessa categoria profissional. Partindo de dados estatísticos, que indicam

problemas concretos na categoria docente, além de relatórios sobre a saúde e as condições de trabalho de instituições de ensino, Esteve apresentou a evidência do problema em questões relativas aos recursos materiais e humanos, e ainda nas modificações no contexto social das últimas décadas, o que mudou significativamente o perfil do professor e as exigências pessoais e do meio em relação à eficácia de sua atividade. Entre o ideal da função de professor - requerido tanto pelo sistema, como pelos alunos - e as condições que o mercado de trabalho impõe, perdura um espaço de tensão que ocasiona um nível de stress elevado, pressionando para baixo a eficiência da atividade docente. Esteve ainda se refere ao fato de que o *mal-estar* docente não se restringe ao sistema educacional espanhol, mas se trata de um fenômeno que pode ser percebido em âmbito internacional.

No Brasil, os estudos sobre as condições de saúde dos professores começam a despontar, mostrando como as contradições e as convergências entre os objetivos globais e as metas preconizadas pelas constantes e recentes reformas estruturais do sistema de ensino se expressam nas atuais formas de organização e administração do trabalho docente, refletindo na saúde dos professores. Tais estudos revelam uma inadequação entre os objetivos das reformas educacionais e as condições do trabalho docente, conduzindo os professores a um processo de adoecimento. Nessa linha, o trabalho de Assunção (2003) mostrou que, no espaço da produção do ensino, ao professor não são garantidas as condições que lhe permitam atingir os objetivos que orientam as reformas educacionais recentes, as metas de produtividade e os planos pedagógicos, o que faz com que ele se veja às voltas com exigências para as quais só lhe resta contar com seu corpo, tornando-se o único meio de ajuste das necessidades impostas pelo sistema ao seu processo de trabalho. Tais esforços individuais para compensar a inadequação das metas educacionais às condições de trabalho são tomados, pela autora, como fatores explicativos das queixas de cansaço, dos distúrbios psíquicos menores e dos índices de afastamento do trabalho por transtornos mentais, freqüentemente, presentes em diferentes pesquisas sobre a saúde dos professores.

Isso faz com que se elevem os índices de afastamento do trabalho entre os docentes. Vasconcelos (1995), avaliando dados do Hospital do Servidor Público de São Paulo relativos ao ano de 1998, revela o grau de comprometimento da saúde mental dos professores nesse Estado: a neurose e a depressão afastam, em média, 33 professores por dia letivo. Da mesma forma, os estudos de Assunção (2003) realizados junto à Gerência de Saúde do Servidor e Perícia Médica em Belo Horizonte, mostram que, em 2000, 31,6% dos professores tinham sido atendidos em virtude da solicitação de afastamento do trabalho por motivos de saúde.

Esse *mal-estar* docente foi relatado, ainda, por Araújo & Paranhos (2003), em um estudo que se debruçou sobre os problemas enfrentados pelos professores de uma instituição de ensino superior de Feira de Santana, a UEFS. As próprias autoras já destacam a relevância do deslocamento do foco de estudo do Ensino Médio e Fundamental para o Superior, uma vez que a literatura sobre o tema desenvolveu-se principalmente naquele âmbito, relevando a segundo plano este. Concluem que os problemas enfrentados diariamente pelos docentes, como a inadequação das salas e a ausência de manutenção das instalações e dos equipamentos didático-pedagógicos, "representam cargas laborais que comprometem não só a qualidade do ensino, como também a saúde dos professores" (ARAÚJO & PARANHOS, 2003,

pp. 118). E destacam, ainda, que a falta de estudos tendo como objeto de pesquisa as instituições superiores limitam a comparação de seus achados.

Faz mister, portando, que conheçamos as condições da qualidade do trabalho docente superior no Brasil, a fim de se articularem estratégias de redução do *mal-estar* docente, como medidas de prevenção eficazes que podem conduzir não somente a uma melhoria das atividades profissionais e da qualidade de vida dos professores, como também do próprio sistema educacional, do qual são estes profissionais o esteio. Nossa pesquisa, assim, teve como objetivos norteadores: investigar os principais problemas de saúde percebidos pelos professores da Universidade Federal de Ouro Preto; descrever as principais cargas de trabalho percebidas por esses professores; identificar e analisar os impactos das transformações em curso no ensino superior sobre o exercício da docência; identificar e analisar os aspectos que conformam o trabalho docente; e analisar as relações entre as condições do trabalho docente e os problemas de saúde dos professores.

MATERIAIS E MÉTODOS

Abordamos duas dimensões de análise para a composição deste estudo: a primeira, uma compreensão da organização do trabalho docente, enfocando a ótica do professor, e a segunda, um estudo epidemiológico do tipo corte transversal, nos moldes de Araújo & Paranhos (2003).

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Ouro Preto no período de agosto de 2004 a julho de 2005. As informações foram coletadas por meio de questionário padronizado, tendo sido garantido o anonimato dos respondentes. O questionário foi construído com base em Araújo & Paranhos (2003), devidamente cedido pelas autoras, com pequenas modificações. Tal escolha foi feita levando-se em conta a possibilidade de uma posterior comparação dos dados obtidos.

Os questionários foram aplicados no próprio local de trabalho dos professores, observando o cumprimento de contatos prévios com a chefia de todos os departamentos de modo a obter permissão para a realização da pesquisa. A entrega e a coleta dos questionários foi realizada entre os meses de maio e julho de 2005, tendo sido feita pelos então monitores do Núcleo de Estudos Aplicados e Sociopolíticos Comparados (NEASPOC) - UFOP, que são devidamente preparados para realizar esse tipo de atividade. Para tanto, os questionários eram deixados nos departamentos, para cada professor, que deveria respondê-lo e entregá-lo lacrado e anônimo no mesmo departamento, onde depois eles seriam recolhidos. Foram entrevistados os docentes que possuíam vínculo contratual permanente de adjunto, assistente, auxiliar ou titular, em todos os departamentos da UFOP de Mariana e de Ouro Preto. Na semana imediatamente anterior à entrega dos questionários, os professores receberam uma correspondência da coordenação da pesquisa, explicando os propósitos do estudo e convidando-os a participarem, respondendo aos questionários, o que foi reforçado, também, no próprio questionário, que trazia em seu início os objetivos da pesquisa.

Posteriormente, foi construído um banco de dados estatístico de todas as questões abordadas, as quais se dividiam em Ambiente de trabalho; Processo de trabalho; Condições de saúde e Informações Gerais. De posse das porcentagens gerais dos

questionários respondidos, a equipe procedeu à obtenção das porcentagens das respostas por departamento, a fim de aumentar a possibilidade de diagnóstico dos problemas e identificar mais claramente os ambientes que exigiam intervenções.

Os dados foram, ainda, discutidos com os professores da Universidade, durante o “Seminário sobre saúde e condições de trabalho dos docentes”, apresentado pelos pesquisadores, com organização da Coordenadoria de Assuntos Comunitários - CAC.

RESULTADOS

A Universidade contava, quando da realização da pesquisa, com um total de 345 docentes efetivos, tendo sido obtidos 124 questionários respondidos. A maior parte do professores que respondeu ao questionário (66,1%) se encontra na classe de professor adjunto, seguida dos professores assistentes (34%) e dos auxiliares (0,8%). Tendência que se confirma na formação dos professores, com 66,9% com formação em nível de doutorado, 21,8% com mestrado e o restante se dividindo entre os que têm formação como graduado ou com especialização.

Em relação ao gênero, há o predomínio dos homens, representando 59,75% dos casos, contra 38,75% sendo representado pelas mulheres. Nesse sentido, a porcentagem caminha contrariamente à maior parte das pesquisas realizadas entre professores do ensino fundamental e médio. Quanto à idade, os professores se encontram, em sua maioria (51%), na faixa dos 41 aos 50 anos de idade, enquanto 25% têm entre 31 e 40 anos, 21% têm entre 51 e 60 anos e 3% têm entre 61 e 70 anos.

Em relação à moradia, 41,9% moram em Ouro Preto, 23,4%, em Belo Horizonte, 15,5% em Mariana e 23,4% em outro local. 54% se deslocam de carro próprio para UFOP, enquanto 26,6% o fazem por meio de transporte coletivo. Esses docentes advindos de fora de Ouro Preto são motivos de preocupação dos colegas, que o expuseram durante o Seminário realizado na UFOP para discussão dos dados. Isso porque, muitas vezes, eles não têm um local próprio de moradia, e, ficando em hotéis ou pensões, não usufruem do devido descanso nos intervalos de suas aulas.

Além da apatia e do isolamento (e individualismo, por decorrência), surgiu entre os comentários a preocupação com a questão da invasão da privacidade do trabalhador (Comentários J e K).

Interrogados sobre as condições das salas de aula, as opiniões dos professores se dividiram de forma tal que 48% consideram o tamanho das salas de aula adequados, contra 33,9% dos que acham que o tamanho das salas é pouco adequado. Em relação à iluminação, 50,8% dos professores afirmaram que a iluminação da sala de aula é pouco adequada, e 33,1% percebem a iluminação como adequada. Sobre os recursos audiovisuais das salas de aula, 51,5% consideram que tais recursos são pouco adequados e 20,2% afirma que os recursos são adequados às salas.

Os dados referentes ao ambiente de trabalho dos professores demonstraram, ainda, altos níveis de insatisfação no que se refere a atividades como permanecer em pé, carregar material didático, escrever em quadro de giz, como demonstra a tabela:

TABELA I					
Atividades:	%				
	Nunca	Raramente	Frequente	Muito frequente	Não se aplica
Carregar material didático	0,8	6,5	29	61,3	2,4
Carregar material audiovisual	6,5	43,5	26,6	21	2,4
Permanecer em pé	0,0	4,0	25,0	68,5	2,4
Escrever no quadro de giz	1,6	7,3	33,9	54,8	2,4
Salas de trabalho				Sim	Não
Dispõe de sala de trabalho coletiva				56,7	42,7
Dispõe de sala individual de trabalho				44,4	54,0
Em seu departamento ou setor, há local para descanso e repouso				8,9	90,3

A insatisfação dos professores tem relação com as condições de saúde dos mesmos. Nesse sentido, as porcentagens de queixas de saúde reforçam a relação entre os riscos a que são expostos e o adoecimento dos professores. Quando em condições inadequadas de trabalho, muitas vezes eles são forçados a utilizar o próprio corpo como ferramenta de adaptação, gerando um ambiente propício a doenças ocupacionais. Problemas como rinite, dores nas costas, alergia respiratória, rouquidão, muitas vezes desenvolvem-se, ou obtêm um ambiente propício a se desenvolverem, com base nas condições em que os professores trabalham. No que se refere ao quadro de giz, em especial, houve uma crítica contundente durante o “Seminário sobre saúde e condições de trabalho docente”, o que comprova a necessidade de que a Administração da Universidade atente a esse problema.

Outro fator relevante na Tabela I é que 90,3% dos professores alegaram não possuírem local para descanso ou repouso no ambiente de trabalho. Essa constatação soma-se ao fato já destacado de que muitos professores não provenientes de Ouro Preto e que não possuem local para descanso durante o dia, o que os leva a uma situação desgastante, assim como seus colegas, que, muitas vezes (em 56,7% dos casos), dividem a sala de trabalho. Foi levantada a questão, durante o Seminário, de que, além de não possuírem sala individual e local para descanso ou repouso, muitas vezes as salas de que dispõem não comportam os seus materiais.

Os professores da UFOP, em sua maioria (68,5%), não exercem funções administrativas na Universidade. Os que responderam afirmativamente à questão sobre esse tipo de trabalho, disseram que a exercem em conjunto com as outras funções de professor (26,6%). Os que afirmaram exercer exclusivamente função administrativa representam 4% do total das respostas.

Dentre os entrevistados, é grande a porcentagem daqueles que disseram realizar também atividades de pesquisa (83,9%) e pequena a porcentagem dos que afirmam trabalhar com extensão (30,6%).

O questionário abordou, ainda, o nível de satisfação dos professores no que se refere às seguintes variáveis:

TABELA II				
Nível de satisfação	%			
	Nenhum	Regular	Satisfatório	Muito Satisfatório
Recursos humanos de apoio para realizar suas tarefas	23,4	44,4	28,2	4,0
Tempo disponível para refeições	3,2	27,4	54,8	13,7
Opções de alimentação em seu local de trabalho	32,3	40,3	23,4	3,2
Tempo disponível para estudo e/ou atualização	6,5	46,0	42,7	4,8
Materiais e equipamentos para realizar suas atividades	11,3	65,3	22,6	0,8
Tempo disponível para preparo das aulas	3,2	37,1	51,6	7,3
Número e qualidade de bebedouros e/ou água filtrada	30,6	55,6	12,9	0,0

Podemos verificar um baixo nível de satisfação em praticamente todas as questões abordadas. Isso nos conduz a já relatada relação entre insatisfação no trabalho e stress. Podemos considerar, assim, que a contrariedade do trabalhador no que se refere à impossibilidade de mudança das questões que não o satisfazem, ou mesmo que fogem do seu controle, como a maioria das acima, conduz a um desgaste no ambiente de trabalho.

Nesse sentido, buscando prover a primeira dimensão de análise proposta pela pesquisa, a ótica do professor, foram abordadas questões, que, semelhantemente às acima, procuraram explorar a visão do professor com relação ao seu trabalho e a si mesmo. Essa visão terá repercussões diretas na forma como ele conduzirá o seu trabalho em sala de aula, sendo, dessa forma, fator importante também para aqueles que se preocupam com o processo de ensino-aprendizagem.

É nesse sentido que se mostra relevante a porcentagem de 57,3%* dos professores que consideram sua relação com os alunos conflituosa; de 77,4%* que relataram que, no seu trabalho, as pessoas perdem muito tempo falando umas das outras; bem como de 82,3%*⁵ que consideram que seu trabalho é repetitivo. Os dados, assim, servem para indicar como é a percepção dos professores quanto a seu trabalho e a relação com os colegas e com os alunos, indicando possíveis questões de insatisfação que podem gerar um ambiente de trabalho conflituoso e estressante.

Nesse sentido, uma questão importante que se destaca é a dificuldade dos docentes da UFOP para trabalharem coletivamente (18% das pessoas nunca se encorajam a trabalharem juntas). Além disso, há um desgaste relacionado ao ritmo e volume de tarefas a serem cumpridas (o trabalho é sempre realizado sob ritmo acelerado sob o ponto de vista de 51% dos respondentes).

Outro fator que pode ser entrevisto das respostas obtidas é a visão que os professores têm de seu trabalho. Eles percebem ter autonomia no trabalho, consideram-no criativo e especializado e, portanto, de alta dificuldade. A tabela abaixo ilustra outras questões que abordaram a subjetividade do professor no que refere ao seu processo de trabalho:

⁵ Estão somadas as respostas “às vezes” e “sempre”.

TABELA III			
Afirmativas sobre o trabalho	Nunca	Às vezes	Sempre
Meu trabalho me possibilita aprender coisas novas	0,0	22,6	77,4
No meu departamento as decisões são tomadas democraticamente	4,0	39,5	55,6
Meu trabalho exige a realização de tarefas de alto grau de dificuldade	8,1	69,4	22,6
Meu trabalho exige longos períodos de concentração em uma só tarefa	8,9	62,1	28,2
Esperar pelo trabalho de outros setores torna lento o meu trabalho	22,6	48,4	28,2
Recebo apoio da chefia para a realização do meu trabalho	7,3	35,5	57,3
As pessoas, no meu trabalho, são amigáveis.	4,0	54,0	41,9
Minhas tarefas são interrompidas antes de eu concluí-las	37,9	53,2	8,9

Essas situações de insatisfação a que são sujeitos os docentes conduzem-nos a um desgaste que se manifesta não só no ambiente de trabalho, mas também tem repercussões na sua vida cotidiana e, até mesmo na sua vida fora do ambiente de trabalho, pessoal e social.

Tendo como objetivos tanto tentar traçar um nível de stress entre os respondentes, quanto despertá-los para os problemas que vêm enfrentando, uma vez que o próprio ato de responder aos questionários já os desperta para questões referentes ao trabalho, foram abordadas, ainda, questões-problema que se relacionavam também à vida pessoal. As questões, referentes às situações-problema, indicavam possíveis manifestações características de um indivíduo estressado ou constantemente exposto a situações estressantes.

O estresse gera uma situação de conflito, caracterizada por ansiedade, angústia e desestabilização emocional. Assim, o estresse patológico é uma consequência direta dos persistentes esforços adaptativos da pessoa à sua situação existencial. Quando nosso cérebro, independente de nossa vontade, interpreta alguma situação como ameaçadora (estressante), todo nosso organismo passa a desenvolver uma série de alterações para se adaptar a tal situação. Nesse sentido, o stress tem três fases: alarme ou alerta, resistência e exaustão, sendo esta última a fase mais crítica, uma vez que podem ocorrer as patologias ligadas principalmente ao sistema cardiovascular (cardiopatas, hipertensão arterial sistêmica) e digestivo (gastrites, úlceras gástricas), distúrbios psíquicos/comportamentais como, por exemplo, a depressão.

Em cada fase do stress os sintomas físicos e psíquicos se apresentam em diferentes níveis. Na primeira fase de alerta, na qual ocorrem as reações de choque, há sintomas físicos como suor nas mãos, mãos frias, frio na barriga, tremores leves. A fase de resistência é a tentativa do organismo de restabelecer o equilíbrio utilizando os mecanismos de defesa. Mas nem sempre essas defesas são eficazes, surgindo, então, sintomas físicos e psíquicos como: dores de cabeça, insônia, dificuldade para dormir, falta de concentração, irritabilidade, entre outros. Na fase de exaustão, pode haver recorrência dos sintomas da fase de resistência, porém em maior intensidade - por exemplo, uma simples dificuldade de dormir torna-se uma insônia - e outros agravantes podem ocorrer.

No cotidiano, fatores como: falta de estímulos; ruído; alterações do sono; falta de perspectivas; mudanças constantes; mudanças auto-impostas são fatores

estressantes. E eles ainda podem se somar a outros existentes no trabalho, como urgência de tempo; responsabilidade excessiva; falta de apoio; expectativas excessivas de nós mesmos e daqueles que nos cercam. Esses fatores geram um ambiente conflituoso que pode ser interpretado pelo professor de forma negativa.

Nesse contexto, os dados abaixo representam a visão do professor diante desse processo estressante. As porcentagens altas, como no que se refere à sensação de nervosismo, tensão e preocupação, contrastam com as menores, mas também extremamente significativas, como relativo à vontade de suicídio, respondida positivamente por dois professores:

Situações-problema	Respostas positivas	
	Quantidade	Porcentagem
Dorme mal?	45	36,3
Tem má digestão?	22	17,7
Tem falta de apetite?	6	4,8
Tem tremores nas mãos?	10	8,1
Você se cansa com facilidade?	39	31,5
Tem se sentido triste ultimamente?	42	33,9
Tem chorado mais do que de costume?	14	11,3
Tem dores de cabeça freqüentemente?	29	23,4
Tem dificuldade para tomar decisões?	20	16,1
Tem tido idéia de acabar com a vida?	2	1,6
Tem perdido o interesse pelas coisas?	31	25,0
Tem dificuldade de pensar com clareza?	13	10,5
Tem sensações desagradáveis no estômago?	23	18,5
Sente-se nervoso(a), tenso(a) ou preocupado(a)?	42	33,9
Tem dificuldades no serviço? Seu trabalho é penoso, lhe causa sofrimento?	12	9,7

Os altos índices obtidos para as questões acima demonstram que, ao que tudo indica, os professores têm interpretado as exigências do seu trabalho como agentes estressores. Ou seja, a avaliação que os mesmos têm feito dos acontecimentos do dia-a-dia não condiz com aquilo que por eles era esperado, gerando uma insatisfação que têm resultados na forma como eles encaram o trabalho, a vida, e a sua saúde, como comprovam os baixos índices de exame de prevenção a que os professores se submetem. Apesar do alto nível de respostas positivas às situações-problema, apenas 17,7% submeteram-se a sessões com psicólogos, psicanalistas, ou psiquiatras há menos de um ano, enquanto 66,1% se submeteram há mais de cinco anos, ou nunca.

Para a freqüência com que os professores fazem exames preventivos, ainda temos os seguintes resultados: 75,8% mediram a pressão arterial há menos de um ano e 56,5% fizeram o mesmo com relação ao colesterol; 77,1% das mulheres realizaram o exame de prevenção do câncer ginecológico há menos de um ano, contra apenas 27% dos homens que, no mesmo período, realizaram exame preventivo do câncer de próstata; 46,8% dos entrevistados fizeram exame de detecção de diabetes há menos de um ano e 45,2% fizeram exame oftalmológico no mesmo período.

Podemos, então, correlacionar as porcentagens de respostas demonstradas acima - tanto das situações problemas, como do processo e ambiente de trabalho e dos exames de prevenção - com as queixas de problemas de saúde relatadas pelos docentes, evidenciadas na tabela abaixo:

TABELA V				
Problema de saúde	%			
	Não sente	Raramente	Frequente	Muito frequente
Dor na garganta	28,2	46,0	16,9	8,1
Cansaço mental	8,9	36,3	39,5	12,1
Dor nas pernas	29,8	33,9	27,4	8,1
Insônia	35,5	31,5	18,5	12,9
Falta de ar	71,0	23,4	4,0	1,6
Tosse	28,2	54,0	10,5	6,5
Alergia respiratória	40,3	29,0	21,0	8,9
Rinite	46,8	22,6	19,4	9,7
Dor nas costas	20,2	38,7	22,6	15,3
Irritação nos olhos	42,7	33,1	15,3	5,6
Nervosismo	20,2	41,1	27,4	7,3
Fraqueza	55,6	33,1	5,6	1,6

Trabalho & Educação – vol. 17, nº 3 – set / dez – 2008

As queixas são ainda comprovadas pelos índices de diagnósticos médicos desde que o docente ingressou na UFOP, relatados quando da aplicação do questionário. 16,1% dos respondentes já tiveram um diagnóstico de hipertensão arterial, 14,5% já sofrem de sinusite crônica, o que pode ser diretamente relacionado com o uso do giz; 11,3% já sofreram de infecção urinária e 9,7% de anemia; 3,2% têm problemas com úlcera e 7,3%, com calo nas cordas vocais; 11,3% têm diagnóstico de lesão por esforços repetitivos (LER) e 9,7% sofrem de faringite crônica; 2,4% foram diagnosticados com doenças cardíacas e 21% têm ou já tiveram varizes nos membros inferiores. Por fim, 18,5% responderam afirmativamente no que concerne à gastrite.

Sobre hábitos de vida, que também têm implicações diretas nas condições de saúde do indivíduo, além de poderem indicar uma tentativa de fuga, 51% dos professores responderam negativamente à pergunta sobre ingestão de bebida alcoólica contra 47% que responderam afirmativamente. Do total de docentes que respondeu afirmativamente à pergunta sobre a ingestão de álcool, 10% disse já ter sentido que deveria diminuir a quantidade de bebida alcoólica que ingere. Além disso, 20,1% responderam que fumam e 58,1% relataram que praticam algum tipo de atividade física.

DISCUSSÃO

Um ponto de destaque a ser discutido foi o pequeno número de respondentes obtidos com a aplicação do questionário. Como foi optado por questionários auto-aplicáveis, houve um grande índice de não retorno de questionários. Isso pode ser explicado pelo caráter da pesquisa. Muitas vezes é difícil ao indivíduo assumir seus problemas, mesmo que anonimamente, pois, para tanto, ele deverá assumi-los a si mesmo. Assim, o próprio índice de não-resposta pode ser caracterizado como indicador de um número ainda maior de indivíduos que sofrem dos problemas abordados. E, mais agravante, indivíduos que não os encaram, preferindo isolar-se. Isso porque o diagnóstico dos problemas enfrentados pode impulsionar os

professores a discuti-los, ao observarem que eles afetam uma classe, e não indivíduos em particular. Assim, o indivíduo afetado pode se ver numa rede mais propícia ao diálogo e à busca de soluções, uma vez que não se considera mais o único envolvido com o problema.

Uma tentativa de minimizar a distorção ocasionada pelo pequeno número de respondentes foi tomada por parte da equipe antes mesmo da aplicação do questionário: a já existente suspeita dessa dificuldade por parte do indivíduo em assumir seus problemas, associada ao relato de Araújo & Paranhos (2003) de terem se defrontado com fator semelhante em sua pesquisa, bem próxima a esta, fizeram com que a equipe optasse pela aplicação do questionário dentre todos os professores que estavam em exercício naquele momento. Assim, como o universo de pesquisa não era muito grande (estavam em exercício no momento 345 docentes efetivos), não foi realizado plano amostral.

Outro fator questionado, inclusive pelos professores respondentes do questionário, durante o “Seminário sobre saúde e condições de trabalho docente” realizado na UFOP, foi a extensão do questionário, que totalizava oito páginas. Os objetivos da pesquisa justificam-na, pois é justamente por meio de um questionário longo e, para alguns cansativo, que o entrevistado se vê cada vez mais entrelaçado por questões que abordam seus problemas sob várias perspectivas, obrigando-o a enxergá-los e a assumi-los. Assim, as questões muitas vezes foram abordadas mais de uma vez durante o questionário, tanto para testar a confiabilidade das respostas, quanto para insistir com o respondente que as encarasse.

Araújo & Paranhos (2003) destacam outro problema no que concerne aos estudos epidemiológicos do tipo corte transversal: a tendência de descartar os indivíduos que sobreviveram a doença, gerando uma distorção; mas, tanto no caso daquelas autoras, quanto neste, essa distorção não se mostra significativa, uma vez que as doenças abordadas não são letais e as queixas de doença caracterizam-se como recorrentes (ARAÚJO & PARANHOS, 2003, p. 117).

Além disso, a aplicação dos questionários foi feita entre os docentes efetivos, descartando os afastados. Apesar de descartá-los, considerando que os afastados por problemas de saúde podem representar ativamente as relações entre condições de trabalho e saúde, houve uma preocupação em abordar no questionário problemas de saúde que os docentes tiveram anteriormente à realização da pesquisa. Este “histórico” de saúde indica muito prováveis causas de afastamento, abordando a questão sob o viés dos respondentes. A opção pela pesquisa entre os professores efetivos ainda descartou outra categoria profissional que sofre com os problemas abordados de forma ainda mais agravante: os professores substitutos, mas como não há um efetivo vínculo contratual destes profissionais com a Universidade, estando eles condicionados a um prazo curto de docência na instituição, optamos por não considerá-los, uma vez que a pesquisa pretendia evidenciar não só os problemas enfrentados pelos professores, mas também pela própria Universidade.

Os problemas acima relatados não invalidam, no entanto, os resultados obtidos. Estes comprovam a crescente precarização do trabalho docente. E é justamente comprovando essa precarização que podemos pensar em medidas que minimizem os problemas enfrentados pelos professores, melhorando, assim, a qualidade de

vida e as condições de trabalho dos mesmos, o que demonstra a necessidade eminente de se discutirem esses pontos, bem como de se desenvolverem ao longo do país pesquisas que abordem o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos deixam entrever que o padrão de qualidade anunciado pelas reformas educacionais em curso, visando atingir metas estabelecidas centralmente, refletem nas formas de organização e administração do trabalho pedagógico. As possíveis associações com as queixas de saúde em virtude da sobrecarga de trabalho indicam que os efeitos diretos recaem sobre as atividades dos professores. No quadro das análises das relações entre saúde e trabalho, pode-se considerar que os professores tentam compensar com seus próprios recursos as condições de trabalho que lhes são oferecidas.

É nesse sentido que o campo saúde e trabalho propõe-se a construir um conhecimento a respeito dos seres humanos e das realidades com as quais se vêm confrontados, criticando o conhecimento mutilado, como a muitas vezes mitificada visão de que os problemas enfrentados pelos professores em seu dia-a-dia são apenas conjunturais. Nesse sentido, nosso papel, como professores, pesquisadores do tema, profissionais da saúde, é o de refletir sobre a saúde dos professores de uma perspectiva interdisciplinar, pois nenhuma dessas áreas do conhecimento tem, sozinha, condições de explicar e apontar estratégias de enfrentamento para a melhoria da qualidade de vida dos profissionais docentes. Assunção (2003) propõe que o campo relacionando saúde e trabalho se direcione para a construção de um conhecimento a respeito dos seres humanos e das realidades com as quais se vêm confrontados, criticando o conhecimento incompleto que as ideologias e os recortes disciplinares que permeiam as análises e ações voltadas para a saúde do professor propõem.

Assim, é necessário que sejamos capazes de nos contrapor ao ideário que justifica a desigualdade nos espaços de trabalho, explicitando os conhecimentos desenvolvidos pelos trabalhadores que viabilizem uma alternativa para a humanização do trabalho.

Isso também nos leva a refletir sobre “ser professor”, uma profissão que se aprende no dia-a-dia, para a qual não existe nenhum manual de instruções, mas uma mobilização permanente de estratégias, as quais nem sempre são eficazes, podendo gerar, inclusive, um conflito de papéis.

Enfim, fazer uma análise do trabalho é uma tarefa complexa, que requer a atenção de vários especialistas, sendo pertinente a discussão da saúde/doença no trabalho, em particular no trabalho do professor, dentro de uma perspectiva interdisciplinar. O que poderá nos fornecer pistas mais consistentes para a compreensão da saúde/doença, do prazer e do sofrimento, assim como para repensarmos as práticas do ensino e o papel do professor nos tempos modernos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, T. M. & PARANHOS, I. S. Interface entre trabalho docente e saúde em uma instituição de ensino superior. In: OLIVEIRA, D. A. (org.). Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ASSUNÇÃO, A. A. A. Saúde e condições de trabalho nas escolas públicas. In: OLIVEIRA, D. A. (org.). Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CANGUILHEM, G. Le normal et le pathologique. Paris: PUF, 1984.

CLOT, Y. Psychopathologie du travail et clinique de l'activité. *Éducation Permanente*, 2001, 146, pp. 35-49.

DEJOURS, C. Travail: usure mentale. De la psychopathologie à la psychodynamique du travail. Paris: Bayard, 1993, 2 ed.

ESTEVE, J.M. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

FRANÇA, A. C. L. & RODRIGUES, A. L. Stress e trabalho: guia prático com uma abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 1997.

MELLO, Guiomar N. Magisterio de 1º e 2º grau: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Cortez, 1982.

OLIVEIRA, Dalila. A. As reformas educacionais e sua repercussão sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A. (org.). Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

REINHOLD, H.H. Fontes e sintomas de estresse ocupacional. *Estudos de Psicologia*, 1985, 2-3, p. 21-48.

RICOUER, Paul. Soi-même comme un autre. Paris: Seuil, 1990.

SELYE, Hans. The stress of life. Nova York: McGraw-Hill, 1956.

VASCONCELOS, Celso S. Construção do conhecimento em sala de aula. *Cadernos Libertad*, 1995, n. 2, pp. 9-41.